

PIAD
56

GUIA DE FUNDOS E

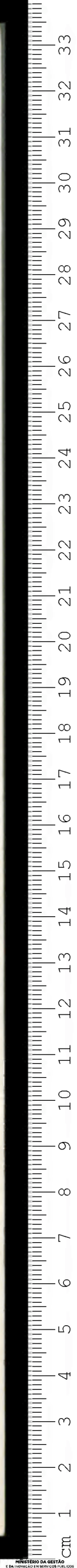
INSTRUMENTOS DE PESQUISA

(texto preliminar para discussão)

Rio de Janeiro
junho 1985

0156

DOC. AV. 0156
ARQ



SUMÁRIO

Introdução

1. Guia de Fundos

1.1 Quadro atual

1.2 A experiência do banco de dados sobre os códices da antiga Seção de Documentação Histórica

1.3 Variáveis importantes para elaboração do Guia de Fundos

1.4 Universo documental do Guia de Fundos

1.5 Aspectos metodológicos

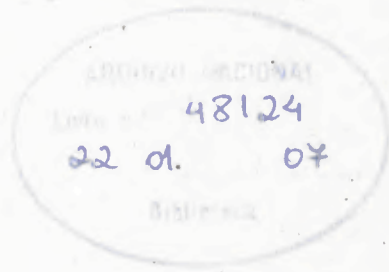
2. Guia de Instrumentos de Pesquisa

2.1 Considerações iniciais

2.2 Produtos e subprodutos

2.3 Etapas de trabalho

2.4 Metodologia de rastreamento e diagnóstico



INTRODUÇÃO

O Arquivo Nacional sempre foi uma instituição deficiente em recursos humanos, materiais e financeiros. Tal fato, associado à acentuada descontinuidade administrativa, constitui fator responsável pela situação técnica bastante singular em que se encontra hoje a instituição.

Resultados obtidos ao longo do processo de autoconhecimento institucional deflagrado nos últimos tempos têm servido de indicadores de tudo o que há por fazer até se montar um sistema de informação inteiramente articulado, que permita aos usuários explorar de modo efetivo a potencialidade do acervo custodiado.

O controle extensivo do acervo, comprovado durante a mudança, e as tentativas de reconstituição de procedimentos técnicos adotados na sua organização, descrição e guarda são ainda insuficientes para garantir um atendimento satisfatório.

A recente identificação sumária e reunião de uma série de instrumentos sob a forma de fichários e listagens manuscritas e datilografadas demonstram o grau de dispersão de informações que se atingiu em virtude de tantas rupturas administrativas. Se determinados fundos e coleções deixaram de ser acessados, isto não se deveu à ausência de instrumental, mas sim ao esquecimento ou desconhecimento da existência dos mesmos e de seu respectivo funcionamento. Alguns desses instrumentos denotam alta qualidade técnica, prejudicada apenas pela desatualização da grafia ou, o que é pior, da notação indicada.

Apesar da identificação promovida e do que continua a ser proceder sobre determinadas parcelas do acervo, o processo de controle extensivo ressentido de articulação baseada na compatibilização de linguagem, abrangência a toda a documentação efetivamente existente na instituição com relação a cada fundo e de uma relação direta com os diferentes instrumentos já produzidos.

Esta questão assume um caráter particularmente sério se pensarmos que certos esforços podem estar sendo desperdiçados em virtude do desconhecimento de trabalhos anteriores.

A realização de um Guia de Fundos associado a um de Instrumentos de Pesquisa do Arquivo Nacional são projetos que têm a madureza em função das atividades técnicas desenvolvidas. Levando-se em conta a realidade institucional, é através da execução desses projetos que se pretende a economia de esforços.

Este documento tem um caráter preliminar, reunindo idéias e o conhecimento aferido pela equipe da DDE a partir das atividades que desenvolve. Pretende-se, através dele, receber a colaboração dos outros setores técnicos da instituição de modo a redimensioná-lo e torná-lo efetivamente abrangente.

1. Guia de fundos do Arquivo Nacional

1.1 Quadro atual

Informações referentes aos fundos que se acham aqui custodiados são parciais e de uma maneira geral imprecisas. Inúmeros fatores contribuíram para esta situação: critérios diversos, ou mesmo ausência deles, na determinação de tratamento de parcelas de fundos; falta ou extravio de registros das metodologias adotadas; dispersão resultante de tratamentos parciais ou inacabados; reorganização administrativa formal das custódias setoriais do acervo; transferências internas e externas cujo controle se perdeu com o tempo; registros assistemáticos quanto à entrada de acervo; alterações de notação e frequente ausência das correspondentes tabelas de equivalência; variações das abordagens e linguagens técnicas.

Eis, aí, em linhas gerais, ao que se resume a situação atual, obrigando a inferências, deduções e levantamento constante de hipóteses para atendimento aos mais diferentes tipos de solicitação dos usuários.

Desde 1981, diversos trabalhos têm se voltado para propiciar informações mais precisas e rápidas. O arranjo do fundo Arquivo Nacional (1838-1969), por exemplo, hoje em estágio bastante avançado, vem fornecendo uma quantidade significativa de esclarecimentos sobre a história do acervo na instituição. Da mesma forma, os inúmeros instrumentos entre fichários, relações, publicações que vêm sendo resgatados, bem como aqueles que vêm sendo produzidos, têm levado a um conhecimento mais profundo sobre o acervo.

O grau do conhecimento alcançado é, porém, insuficiente dada a dimensão da nossa ignorância quanto ao acervo de forma global.

A questão resume-se, pois, na necessidade de sistematizar as informações básicas que já se tem sobre o acervo e prever a alimentação desse banco de informações de modo a, pouco a pouco, configurá-lo em um Guia. Essa pretensão exigirá uma paulatina compatibilização de linguagens e níveis de controle dos documentos.

A perspectiva de elaboração de um Guia, por mais modesta, deverá compreender o nome do fundo, descrição sumária de seu conteúdo, período e relação dos instrumentos que o recuperam total ou parcialmente. Com uma dose maior de sofisticação poderá conter o histórico do órgão, explicações sobre a organização do acervo, composição documental, avaliação do conteúdo, referências cruzadas e/ou indicações de fontes, primárias ou secundárias, relacionadas ao fundo documental apresentado etc.

1.2 A experiência do banco de dados sobre os códices da antiga Seção de Documentação Histórica

Ao longo da sua existência, o Arquivo Nacional trabalhou seu acervo de maneiras diferentes, obedecendo a critérios arquivísticos também submetidos a permanente mutação. É o caso, por exemplo, da Seção Histórica (1838-1975), uma das mais antigas do AN, igualmente observada na estrutura organizativa de outros arquivos nacionais. Tinha por finalidade a guarda e tratamento de documentos que, de acordo com a historiografia de época, fossem considerados relevantes para a história nacional, já se prevendo os provenientes de órgãos extintos e os de origem privada.

Na gestão de Machado Portela (1873-1898) foi elaborado um plano de classificação para essa seção¹. Esse plano previa não só a absorção de documentos de mesma proveniência (fundos fechados²) como também a possibilidade de reunião de documentos de diferentes proveniências sob uma mesma linha temática.

Passou-se a trabalhar, assim, com o conceito de coleção, independente do fato de se apresentar sob a forma avulsa ou encadernada. Por se tratar de um conceito flexível, as coleções, que se constituíram, estiveram sujeitas a acréscimos ou subtrações. Tornou-se também comum a coexistência de avulsos encadernados e livros de registro originais, integrando uma mesma seriação.

Tendo em vista a preservação e a tentativa de se atribuir destacado valor a determinados documentos, certas épocas marcaram-se por esforço maior de encadernação. Se por um lado, esse foi um dos fatores responsáveis pelo estado razoável de conservação em que se encontra a parcela mais manuseada do acervo do Arquivo Nacional, por outro, a falta de controle nesse processo, em alguns casos, implicou em equívocos graves. Como exemplo limite podemos citar o de códices que foram dados como extraviados por terem tomado outro número devido a erros na encadernação.

A análise dos códices da Seção de Documentação Histórica³, visando reconstituir os fundos existentes, e que levou à montagem de

1. Vide: Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional precedido do respectivo Plano. Primeira (1913) e Segunda Parte (1916). (Publicações do Arquivo Nacional, 13 e 16).

2. Para o conceito de fundo fechado vide: PERROTIN, Yves. Les cadres de classement. In: Manuel d'Archivistique Tropicale, Paris, Mouton & Co, 1966, pp. 65-73.

3. São cerca de 1187 códices, equivalendo a 3382 volumes.

um banco de dados sobre esta parcela do acervo, pretendia retomar análises mais gerais realizadas pelo Grupo Colônia, para os códices até 1808, e pelo Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), para o período posterior a 1808⁴, com o objetivo de somar informações. O trabalho foi dividido em duas etapas, iniciando-se pelos códices do período colonial e, por uma série de contingências, entre as quais a própria mudança, a primeira fase ainda não foi concluída.

O ponto de partida foram as fichas elaboradas por ocasião do Diagnóstico dos fichários da ex-Seção de Documentação Histórica, que viriam a ser utilizadas pelo GIFI na identificação da Seção, e que compreendiam os seguintes campos:

- Notação
- Fundo
- Série
- Título
- Datas-limite
- Publicação
- Microfilme
- Fichário
- Observações

Na metodologia para identificação de fundos encadernados do período colonial extraiu-se informações tanto do próprio encadernado quanto de outras fontes, como publicações do Arquivo Nacional e antigos instrumentos de pesquisa. Além dos assuntos presentes e recorrência à história administrativa colonial, observou-se termos de abertura e de encerramento, nomes e funções de escrivães que registravam os documentos e notas quanto à tramitação dos mesmos, aproveitando o conhecimento acumulado pelo Grupo Colônia⁵. As publicações e antigos instrumentos serviram para estimar a data e forma de entrada no Arquivo Nacional, resgatar antigas notações, recompor coleções originais e caracterizar o conteúdo dos encadernados. Para determinar se tratava-se de um registro original ou de documentos avulsos encadernados, levou-se em conta a rubrica e a paginação.

4 Sobre o diagnóstico das coleções em caixas da antiga SDH vide: GRUPO DE IDENTIFICAÇÃO DE FUNDOS INTERNOS. Diagnóstico da ex-Seção de Documentação Histórica (SPE). Rio de Janeiro, 1984. p. dat. A parte relativa aos códices não chegou a ser sistematizada em um documento final.

5 FONSECA, Vitor Manoel Marques da & GOUGET, Alba Gisele Guimarães. Documentos do período colonial: considerações para tratamento técnico. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1985. 32p.

Este trabalho deverá ser retomado para conclusão da análise dos códigos do período colonial e estendido a todos os demais do período posterior que assim o exijam.

1.3 Variáveis importantes para elaboração do Guia de Fundos

Para elaboração do Guia há que se levar em conta, portanto, os diferentes estágios e tipos de tratamento recebidos pela documentação, uma vez que esses aspectos poderão vir a dificultar ou a facilitar a recuperação dos fundos sob uma mesma linguagem técnica. Não basta somar simplesmente resultados de trabalhos de identificação procedidos anteriormente.

É exemplo dessa situação as recomendações hoje necessárias para se utilizar o Índice de Busca da Documentação Identificada, resultado de um trabalho iniciado em 1981, baseado em um conceito de fundo que viria a ser melhor explicitado após a sua conclusão.⁶ Se até 1982 um fundo documental (público) equivalia à produção de documentos de todo um Ministério, incluindo seus órgãos subordinados e vinculados, o conceito hoje correlaciona-se, em princípio, ao acervo formado por cada um desses órgãos. A modificação conceitual decorreu de reflexões tidas a partir de um artigo de Michel Duchein sobre respeito aos fundos e da própria prática do trabalho.⁷

⁶ Vide : GIFÍ. Índice de busca da documentação identificada. Seção do Poder Executivo. Rio de Janeiro, 1983, 152 p. dat. GIFÍ. Guia da Documentação Identificada. Seção do Poder Executivo. Rio de Janeiro, 1983, 269 p. dat.; SEÇÃO DE ARQUIVOS PARTICULARES. Guia preliminar de arquivos privados. Rio de Janeiro, 1983. p. dat.

⁷ Duchein sustenta a relatividade do conceito de fundo, particularmente no domínio dos documentos públicos, apontando duas posturas teóricas extremas: a maximalista e a minimalista. Toda a discussão é centrada na necessidade de uma visão mais flexível. A partir daí sugere cinco critérios básicos para aplicação prática do conceito: a - que o organismo deve possuir um nome e uma existência jurídica própria, resultante de um ato legal preciso e datado; b - deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto com valor legal ou regulamentar; c - sua posição na hierarquia administrativa deve ser definida com precisão pelo ato que o criou, em particular sua subordinação a um outro organismo de nível mais elevado deve ser claramente conhecida; d - deve possuir um chefe responsável, gozando de poder de decisão, correspondente a seu nível hierárquico; e - sua organização interna deve, tanto quanto possível, ser conhecida e fixada num organograma. Vide: DUCHEIN, Michel. Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques e problèmes pratiques. La Gazette des Archives 97 (2): 71-96, 1977.

Portanto, a uma primeira análise sobre o Índice de Busca, os fundos, da forma como hoje os vemos, correspondem, em princípio, ao que foi identificado como série. Diz-se, em princípio, porque temos casos em que estes vêm a ser a subsérie. É exemplo a documentação do Banco Central Brasileiro e da Casa Bancária R. I. Moreira S. A., na época identificada como fundo Ministério da Fazenda, série SUMOC. Para recuperar a informação de que tais acervos constituíam dois fundos distintos e, ainda por cima, privados, foi necessária a recorrência aos formulários de identificação originais associada aos dados fornecidos pelo arquivo do Arquivo.

Uma outra experiência de tratamento da documentação cujos critérios reformularam-se muito ao longo do trabalho, terminando por se desrespeitar alguns pressupostos teóricos básicos, é o sistema de arranjo Boullier de Branche⁹. Mescla de fundos públicos, por não se haver obedecido a símbolos previstos para distinção entre eles, inclusão de documentos privados; descontrole da linguagem decorrente do abuso de cabeçalhos de assunto são algumas das consequências desse desrespeito, o que demanda cautela e atenção para resgate das respectivas proveniências.

1.4 Universo documental do Guia de Fundos

Os fundos custodiados pelo Arquivo Nacional acham-se hoje, do ponto de vista físico e da informação, dispersos por diferentes setores em virtude de razões administrativas ou técnicas. Esta é a grande justificativa para que este projeto de trabalho abranja todo o acervo custodiado pela instituição, independente do fato de se tratarem de fundos públicos e privados, variando um instrumento que resgate, sob uma linguagem comum, a integridade dos fundos.

O envolvimento de todo o corpo técnico da instituição é condição sine qua non para que o projeto obtenha resultados satisfatórios. A troca de conhecimentos entre diferentes setores da instituição vem já se realizando, ainda que de maneira circunstancial, haja visto, por exemplo, os contatos entre as divisões de Pré-Arquivo e Documentos Escritos com relação ao fundo DASP, advindo daí informações relevantes para o tratamento técnico do acervo. A realização do Guia de Fundos, enquanto troca sistemática, trará não só benefícios nesse sentido, como também expandirá as possibilidades de resgate de informações pelos usuários.

⁹ BRANCHE, Boullier de. Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1975 (publicação técnica, 21) e JESUS, Celina Coelho de e outros. Diagnóstico sobre o sistema de arranjo Boullier de Branche. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1983, 44p. mimeo.

1.5 Aspectos metodológicos

O ponto de partida deste trabalho deverá ser a sistematização de hipóteses de fundos e a listagem das coleções existentes no AN. Sempre que possível, informações mais precisas não deverão ser negligenciadas.

Serão separadas as contribuições setoriais referentes a fundos daquelas referentes a coleções, visto que estas últimas, grande parte das vezes, reúnem em seu bojo documentos de diferentes proveniências.

Importa frisar que nessa etapa não se pretende a resposta a todos os quesitos do formulário, nem a exatidão absoluta na definição dos fundos - provavelmente a maior parte das informações revestir-se-ão de um caráter hipotético e passíveis de redefinições.

Estes dados serão entregues a uma equipe inter-setorial encarregada de, cruzando as diversas informações, elaborar um dossiê de cada fundo e fornecer aos setores e à Sala de Consulta listagens periódicas com os avanços obtidos. É grande a importância dessas listagens, pois que a constituição de um Guia de Fundos é projeto de longo prazo que, entretanto, dada a situação atual, será de imediata utilidade.

Este trabalho deverá caminhar em conjunto com o projeto de Guia de Instrumentos, pois através dele poder-se-á detectar não só a existência de fundos, como também de instrumentos-chaves para o resgate de informações abrangentes ao acervo do A.N..

ARQUIVO NACIONAL
GUIA DE FUNDOS

11

FUNDO COLEÇÃO OUTRO _____
PÚBLICO PRIVADO

REF.:

NOME:

PERÍODO:

HISTÓRICO:

CONTEÚDO:

ORGANIZAÇÃO:

INSTRUMENTOS:



TOPOGRÁFICO: SIM NÃO

DIAGNÓSTICO TÉCNICO:

CONDIÇÕES DE ACESSO:

S/RESTRIÇÃO

C/RESTRIÇÃO

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

BOM

PRECÁRIO

OBS.:

MICROFILMADO

SIM

NÃO

OBS.:

TOTAL

PARCIALMENTE

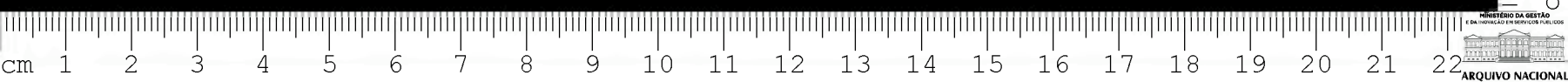
QUANTIFICAÇÃO/MENSURAÇÃO:

SETOR(ES) RESPONSÁVEL(IS):

ENTRADA(S) NO AN:

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

OBS.:



2. Guia de instrumentos de pesquisa

2.1 Considerações iniciais

A produção de instrumentos sobre o acervo do AN data da criação da instituição, particularmente estimulada a partir da gestão de Machado Portela na direção-geral do Arquivo Nacional, quando ensaiada a primeira proposta da adoção de um Plano de Classificação (vide, por exemplo, Catálogo dos livros da Seção Histórica do Arquivo Nacional, 1913).

A partir daí, fosse de forma circunstancial, fosse estimulada por políticas específicas, foi significativa a produção de instrumentos de pesquisa, embora variando-os com diferentes enfoques e critérios. Alguns desses instrumentos denotam alta qualidade técnica, tanto histórica quanto arquivística, por parte de quem os realizou, dificilmente comparáveis ao que as novas gerações de funcionários possam desenvolver, já, então, sob outras condições e perspectivas.

Não entrando ainda no mérito de cada um dos instrumentos, pois essa é uma das preocupações específicas do Projeto, um dos fatores responsáveis pela dificuldade de se acessar determinados fundos e coleções não é exatamente a ausência de instrumentos, mas sim o desconhecimento quanto à existência e ao funcionamento dos mesmos, tal o grau de dispersão de informações alcançado nesses quase 150 anos do Arquivo Nacional. Este problema parece ser somente contornável através da elaboração de guias que introduzam e orientem pesquisadores e funcionários num universo inesgotável de informações.

2.2 Produtos e Subprodutos

Tendo por produto principal um Guia de Instrumentos de Pesquisa do Arquivo Nacional, esse projeto deverá obter outros resultados, igualmente significativos, em decorrência da formação de um banco de informações com relação ao acervo custodiado pela instituição.

Estão previstos:

1. Guia de Instrumentos de Pesquisa do Arquivo Nacional
2. Programa de revisão de instrumentos
3. Catálogo de instrumentos de trabalho
4. Catálogo de documentos publicados, inclusive por outras instituições.
5. Catálogo de transcrições do AN.

Todos os produtos acima numerados estão estreitamente relacionados ao controle de fundos documentais, públicos e privados existentes no AN, resultante do Projeto de Guia de Fundos referido anteriormente, a ser realizado concomitantemente.

2.3 Etapas de trabalho

Prevê-se como principais etapas de trabalho:

- 1) Restreamento, em lato senso, de todos os instrumentos produzidos sobre o acervo custodiado pelo AN, atingindo, portanto, os diferentes tipos e formas sob as quais se apresentam: publicações, relações e listagens manuscritas, relações e listagens datilografadas, fichários e o acervo propriamente dito, uma vez que nele poderão ser localizados não só instrumentos produzidos originalmente por órgãos e titulares de arquivos como também outros que, elaborados pelo AN, foram a ele agregados, e cuja informação quanto a este fato ter-se praticamente perdido. Incluem-se, excepcionalmente, nesta etapa a categoria transcrições e estudos sobre documentos, do AN publicados;
- 2) Diagnóstico dos instrumentos levantados;
- 3) Classificação e destinação dos instrumentos;
- 4) Produção de índice temático dos instrumentos de pesquisa que estiverem vigorando;
- 5) Levantamento dos estudos sobre documentos do AN publicados.

2.4 Metodologia de Rastreamento e Diagnóstico

Teoricamente distintas as áreas de atuação, no que tange ao rastreamento de instrumentos em lato senso referentes a fundos públicos e privados, dada a história de formação do acervo documental do AN não se poderá a priori estabelecer fronteiras rígidas, devendo, pois, a execução deste projeto ser metodologicamente encaminhada como se fossem dois subprojetos, embora as informações venham a ser levantadas quase que concomitantemente.

Deve-se levar em consideração o fato de que o acervo custodiado pela SAP acha-se hoje bem controlado no que diz respeito ao resgate da proveniência, tendo-se já produzido, inclusive, uma versão preliminar de Guia de Fundos Privados, o que constitui bom referencial para se dirimir determinadas dúvidas.

A etapa de rastreamento deverá abranger diferentes grupos de instrumentos que se tem notícia existirem no AN. No que diz respeito ao conhecimento atual da Divisão de Documentação Escrita constituem-se fontes potenciais para rastreamento os seguintes grupos:

- (1) Publicações do Arquivo Nacional;
- (2) Documentos preparados para o prelo;
- (3) Relações Seção do Poder Executivo;
- (4) Relações Seção do Poder Judiciário;

(5) Instrumentos produzidos por diversos setores da Divisão que estão em vigor (exemplares que se encontram na 405 e outros sob a responsabilidade dos respectivos setores);

(6) Fichários - sala 207

(7) Instrumentos localizados na Sala de Consultas sob a forma de relações e listagens

(8) Instrumentos de época produzidos por órgãos e titulares de arquivos e instrumentos produzidos pelo AN agregados à documentação (códices e coleções em caixas da antiga SDH, fichários de protocolo etc.)

(9) Instrumentos contidos no Arquivo do Arquivo

(10). Publicações de outras instituições. (IHGB, BN etc)

No caso das Publicações do AN, o trabalho deverá ser norteado pelo Catálogo anotado das publicações do Arquivo Nacional, de Maria Luiza Fernandes de Carvalho (AN, 1982. 149 pp. dat.). O rastreamento a se proceder tem dupla finalidade: o próprio Guia e, também, o de se conseguir reunir fisicamente pelo menos um exemplar de cada publicação. Para esta atividade a colaboração da Biblioteca é fundamental.

O trabalho sobre os "Documentos preparados para o prelo" deverá se proceder a partir de levantamento sumário concluído no início de 1984. Este levantamento recupera as informações de três formas: numericamente, detalhamento das relações que contêm DIVERSOS e por coleção.

Tanto as "Relações SPE" quanto as "Relações SPJ" possuem uma Relação das Relações, instrumento que relaciona de forma sumária as relações que integram cada um desses grupos.

No que diz respeito aos "Instrumentos produzidos por diversos setores da Divisão que estão em vigor", seu rastreamento deverá contar com a colaboração de toda a equipe da DDE, uma vez que este trabalho está muitas vezes condicionado por conhecimentos particulares e circunstanciais.

Para os Fichários - sala 207 existe o Índice Geral Fichários. (DDE, 1984). Fichários da Seção Histórica: diagnóstico e recomendações. (DDE, 1983).

Quanto as demais fontes e grupos de instrumentos parece não haver nenhum referencial-base, à exceção de "Instrumentos de Época..." sobre os quais se tem algumas pistas na Relação de Códices da antiga SDH, na Relação de Coleções em Caixas da antiga SDH e no Banco de Fundos que vem sendo produzido pela Divisão.

Para normalização do rastreamento concebeu-se uma ficha tamanho 20 X 12,5 com os seguintes campos pré-determinados:

I FRENTE (Descrição)

- (1) Classificação: espaço reservado à referência ou código que após o diagnóstico será atribuído ao instrumento;
- (2) Título: registro do nome atribuído originalmente ao instrumento. Qualquer intervenção para melhor precisar a informação deste campo deve ser feita entre colchetes;
- (3) Autor: para nome de pessoas, quando vier na capa ou folha de rosto de instrumento; quando se tratar de relações encadernadas juntas, cada uma com um autor, fazer remissivas para recuperação particularizada;
- (4) Seção: quando vier na capa ou folha de rosto do instrumento. Constitui-se muitas vezes em dada importante para identificação do instrumento;
- (5) Imprensa: local, editora e data. Não se tratando de impresso, colocar somente a data, se houver;
- (6) P./ (páginas): número de páginas ou folhas, neste último caso, usar F..
- (7) Conteúdo: preenchido quando se tratar de instrumento de estrutura diversificada, que reúna diferentes informações ou mesmo instrumentos diferentes e cujo título seja genérico a ponto de não precisar o conteúdo;
- (8) Notas: campo específico para notações, códigos ou referências, tantas quantas forem as indicadas no instrumento, devendo-se registrar a mais recente, a mais antiga etc; caso exista, registrar data e nome do conferente de época.
- (9) Localização física: lugar onde foi localizado o exemplar descrito. Deve-se procurar registrar todos os lugares onde sejam localizados exemplares do mesmo instrumento.

II VERSO (Diagnóstico).

- (10) Acervo: nome pelo qual é conhecido o conjunto documental que o instrumento recupera e respectivas referências;
- (11) Ordenação e dados de conteúdo: particularmente quando se tratar de índices onomásticos, indicando "ordem alfabética pelo prenome, pelo sobrenome etc". Atentar para o fato de, em se tratando de instrumentos que refletem o quadro de arranjo isto possa ser indicado neste campo.
- (12) Grafia: se modernizada ou não critérios e providências necessárias.
- (13) Outras: falhas que foram acusadas, critérios, informações cruzadas, data da entrada da documentação, referências ao acervo em relatórios e tantos outros dados que pareçam significativos não incluídos nos campos anteriores.
- (14) Providências: enumerar de forma objetiva o tipo de trabalho que requer o instrumento para ser colocado na Sala de Consulta. Exemplo: checagem com o acervo, atualização da notação, datilografia etc.
- (15) Destinação: indicam destinação final do instrumento. Se Sala de Consulta, arquivo do Arquivo ou até mesmo eliminação.

A disposição desses dados na ficha está em anexo.